



# O SISTEMA FINANCEIRO E OS TRABALHADORES BANCÁRIOS (1993-2013)

## ■ UM NOVO, DESREGULADO E PERIGOSO MUNDO FINANCEIRO

Os desafios e as alternativas com que se defronta o sistema bancário brasileiro vinculam-se às grandes mudanças na atividade financeira em escala internacional. Em termos gerais, elas estão relacionadas ao desmonte, a partir de fins dos anos 1970, da estrutura regulatória que havia prevalecido no sistema financeiro internacional por décadas. Nessa estrutura, a atividade bancária fora limitada às operações tradicionais de captação de depósitos do público, pessoas e empresas, e concessão de crédito de vários prazos e destinações, obedecendo a regulamentações e diferenciações rigorosas. O sistema tinha uma clara separação entre a atividade bancária e os mercados de capitais – ações, debêntures e *commercial papers* das empresas.

A desregulamentação significou, em primeiro lugar, o relaxamento progressivo dessa separação de atividades, em direção ao que predomina hoje. Esse processo alterou o trabalho bancário tradicional, já que os bancos diversificaram suas atividades. Muitos passaram a se dedicar principalmente a vender produtos e serviços financeiros – cartões de crédito, seguros, montagem de operações financeiras em mercados de capitais, além de organizar fundos para captar dinheiro do público, usando sua marca e sua rede, e com isso



■ A desregulamentação levou à crise financeira internacional que vem atingindo, especialmente, os países do centro do capitalismo, desde 2007, com dramáticas repercussões sociais

organizar a compra dos títulos das empresas que ajudavam a emitir.

A desregulamentação também significou a abertura de mercados nacionais até então muito fechados e regulados, como os da América Latina. Os bancos norte-americanos, europeus e japoneses correram para ocupar espaço nesses mercados ampliados. Os grandes lucros e as grandes oportunidades estimularam ondas sucessivas de fusões e de aquisições de instituições em diversos países, inclusive com a privatização de bancos públicos na onda neoliberal que predominou na América Latina na década de 1990. Formaram-se grandes conglomerados financeiros,

com estruturas especializadas sob comando único.

Nos últimos 20 anos, os bancos intensificaram uma prática que trouxe riscos ao sistema: a securitização de ativos, ou seja, a transformação de inúmeras operações financeiras tradicionais, como os empréstimos, em ativos negociáveis (*securities*). Um crédito imobiliário de 20 anos, por exemplo, que permanecia com o banco até o vencimento, passou a ser “securitizado” e vendido nos mercados de capitais, para aplicadores interessados em juros mais elevados do que receberiam por um depósito em bancos. Para esses, a maior vantagem era desfazer-se de operações de crédito que “pioravam” a qualidade do ativo: depois de ganhar uma margem importante ao criá-las, recebiam um valor com a venda, aplicavam o dinheiro em títulos do Tesouro, de risco zero, e em seguida geravam novas operações de crédito, cada vez mais arriscadas.

A justificativa para este processo era que a securitização ajudaria a dissolver o risco no sistema financeiro. No entanto, na prática, o que ocorreu foi que a securitização transformou riscos pontuais em riscos sistêmicos. Esse conjunto de práticas conduziu à grande onda especulativa dos anos 2000 que culminou na crise no mercado imobiliário dos EUA em 2007, com repercussões por todo o mundo até hoje. ■

## ■ OS BANCOS BRASILEIROS: TRADIÇÃO E RUPTURAS

O sistema bancário brasileiro passou por grandes mudanças nos últimos 20 anos, mas também é possível apontar importantes continuidades. Adaptando-se ou mesmo antecipando-se a essas mudanças, os bancos têm sido capazes de preservar seus interesses e suas elevadas margens de lucro.

Uma das principais transformações do sistema financeiro brasileiro veio com o fim da inflação elevada, com o Plano Real (1994). Essa alta inflação era uma poderosa fonte de lucro para os bancos, especialmente os de varejo, dotados de grandes redes de agências e capazes de captar recursos elevados a custo financeiro zero, ou com juros baixos, e aplicá-los a taxas que embutiam a inflação esperada.

Já no cenário de inflação baixa, os bancos passaram a lucrar muito com cobrança de serviços, operações com moeda estrangeira, e também com o crédito, que voltou a crescer e gerar elevada margem de intermediação. Há alguns anos, bancos como a Caixa Econômica Federal, o Banco do Brasil, o Itaú Unibanco, o Bradesco e o Santander passaram a cobrir, com folgas, todas as suas despesas de pessoal somente com o que arrecadam com a prestação de serviços e tarifas. As novas formas de obtenção de lucros priorizadas pelas instituições financeiras alterariam profundamente o cotidiano de

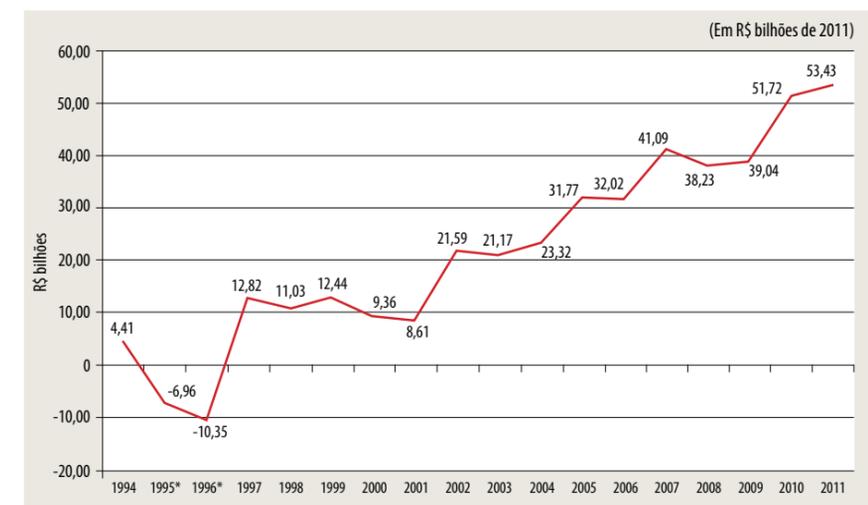
Tabela 1 Número de bancos por origem de capital

	1990	1994	1999	2003	2007	2011
Privados nacionais com ou sem participação estrangeira <sup>1</sup>	174	176	108	88	87	89
Privados estrangeiros e com controle estrangeiro <sup>2</sup>	18	38	67	62	56	62
Públicos federais e estaduais <sup>3</sup>	34	32	19	15	13	9
<b>Número de bancos</b>	<b>226</b>	<b>246</b>	<b>194</b>	<b>165</b>	<b>156</b>	<b>160</b>

Fonte: Banco Central do Brasil - Departamento de Organização do Sistema Financeiro  
Elaboração: DIEESE Subseção SESE/SEEB-SP

Notas: (1) Bancos múltiplos, bancos comerciais e Caixa Econômica  
(2) Filiais de bancos estrangeiros e bancos múltiplos e comerciais com controle estrangeiro  
(3) Caixas Econômicas Estaduais e Caixa Econômica Federal

Gráfico 1 Evolução do lucro líquido dos maiores bancos<sup>1</sup> no Brasil – 1994 a 2011<sup>2</sup>



(1) Inclui o lucro líquido consolidado dos maiores bancos atuantes no Brasil: BB, CEF, Bradesco, Itaú, Unibanco, Banespa, Banco Real, Santander, Safra, Nossa Caixa, HSBC. Vale lembrar que ao longo do período ocorreram diversas fusões e aquisições entre estas instituições e também a incorporação de outros bancos menores

(2) Valores deflacionados pelo IPCA-IBGE

\* O resultado consolidado de 1995 e 1996 foi distorcido pelo Banco do Brasil que apresentou prejuízos significativos nos dois anos  
Elaboração: DIEESE - Subseção SESE/Sindicato dos Bancários e Financeiros de São Paulo, Osasco e Região

trabalho dos bancários, colocando a venda de produtos e serviços no centro de atuação.

Logo no início do Real sobreveio, em 1995, a crise com a quebra do México. O tumulto gerou a política recessiva de 1995-96, que desencadeou a quebra de alguns dos

maiores bancos do país – Econômico, Nacional e Bamerindus, além de instituições médias e pequenas. Os principais bancos grandes, e muitos dos médios, contudo, saíram fortalecidos da crise. Haviam aprendido a manter posições de curto prazo e conseguiam lidar com episódios de crises cambiais, ondas

especulativas e desvalorizações da moeda nacional.

Tal aprendizado, entretanto, pouco teria valido não fosse a mão protetora do Estado, na forma de intervenções salvadoras. Foi o que ocorreu em 1995, quando o Banco Central garantiu a solvência do sistema e organizou a transferência de prejuízos para o Tesouro Nacional, isto é, para a sociedade, por meio do Programa de Estímulo à Reestruturação e ao Fortalecimento do Sistema Financeiro Nacional (Proer). O sistema se salvou, mas diversos bancos desapareceram, liquidados pelo Banco Central.

### INTERNACIONALIZAÇÃO

A segunda grande mudança do sistema financeiro brasileiro nos últimos 20 anos foi sua internacionalização. Nos anos 1990 foi autorizado, nos marcos da desregulamentação financeira em todo o mundo, o ingresso de grandes bancos estrangeiros no setor de varejo bancário, até então protegido da presença de concorrentes

internacionais. O HSBC abriu a onda, seguido pelo Banco Bilbao Vizcaya (BBV) e depois pelo Santander. Apesar das expectativas de que os bancos nacionais seriam *engolidos*, os estrangeiros tiveram de se adaptar e se confrontar com a liderança dos grandes bancos nacionais e das instituições públicas federais.

No setor público, ocorreu uma terceira grande mudança no sistema. A partir do Plano Real, as instituições estaduais desapareceram em poucos anos: as duas maiores, Banespa e Banerj, sofreram intervenção do Banco Central e, apesar de imensa resistência do movimento sindical e de diversos setores da sociedade civil, foram privatizadas. Outros bancos foram liquidados rapidamente ou colocados à venda.

No caso dos federais, apesar de Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal estarem sob ameaça constante de privatização ao longo dos anos 1990, a trajetória foi outra. O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) foi o principal

agente da privatização de empresas dos setores produtivos, enquanto o BB e a Caixa foram objeto de diversas reestruturações internas, de recapitalização e de uma reorientação voltada para padrões próximos aos do sistema privado.

Para os trabalhadores, do setor público e privado, essas mudanças vieram acompanhadas de demissões, perda de direitos, arrocho salarial e deterioração das condições de trabalho (Gráfico 2).

### CRESCIMENTO DO CRÉDITO

O resultado dessas transformações no mercado financeiro levou à configuração de uma estrutura que contemplou a presença de grandes bancos nacionais, públicos e privados, coexistindo com bancos estrangeiros de varejo, o que favoreceu a maior expansão do crédito iniciada por volta de 2004, a quarta grande transformação desses últimos 20 anos. A forte entrada de capitais e os estímulos domésticos, introduzidos pelo governo Lula, levaram ao crescimento vigoroso do crédito bancário. A relação Crédito/PIB no Brasil passou de 25,7% em janeiro de 2003 para 52,6% em novembro de 2012.

Uma quinta importante mudança se deu com os impactos da crise internacional sobre o Brasil, a partir do final de 2008, e com as alterações na política econômica que se seguiram a seus desdobramentos.

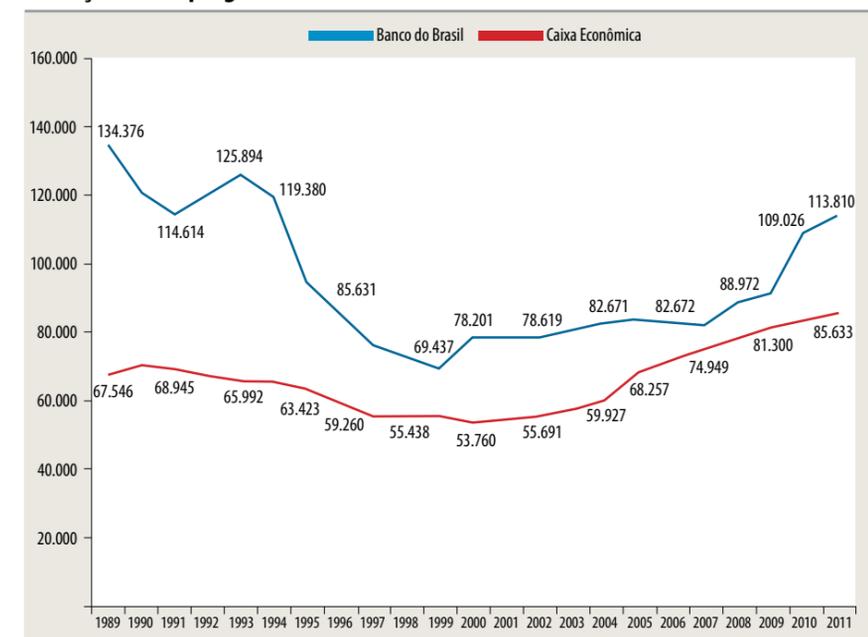
A crise atingiu o Brasil nos últimos meses de 2008, na forma de forte desvalorização do câmbio, e gerou incertezas no setor. A ação do Banco Central e dos bancos federais, acionados pelo governo para suprir a forte retração na oferta de crédito, em especial dos bancos estrangeiros de varejo, ajudou a reduzir os efeitos recessivos da crise.

### REDUÇÃO DOS JUROS

O maior intervencionismo estatal na política econômica levou recentemente ao que pode ser o início da sexta grande mudança: a redução dos juros ao longo de 2012 e as ações do governo federal, pressionado pelo movimento sindical e outros atores da sociedade civil, sobre os bancos privados para que reduzam suas margens nas operações de crédito. Além disso, o governo fortaleceu a atuação dos bancos federais, com ampliação na oferta de empréstimos e forte redução de juros, fatores fundamentais para o desenvolvimento econômico e social do país.

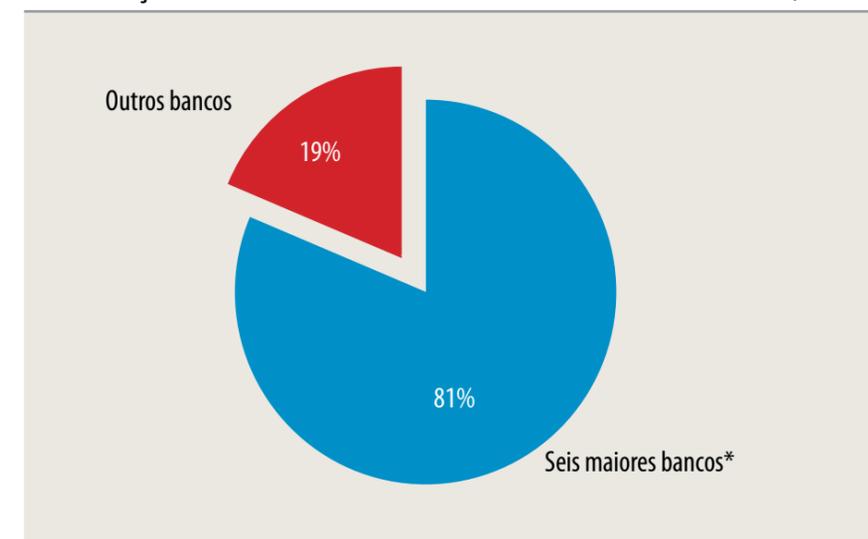
Com essas iniciativas, os bancos privados, nacionais e estrangeiros, estão diante do dilema de efetivamente alterar suas estratégias operacionais, com ampliação de crédito a custos mais baixos, ou aceitar perdas de mercado e compensá-las pela rentabilização mais intensa de operações em mercados de capitais, serviços e outras atividades. ■

Gráfico 2  
Evolução do emprego no Banco do Brasil e na Caixa Econômica Federal – 1989–2011



Fonte: Demonstrações Financeiras do Banco do Brasil  
Elaboração: DIEESE - Subseção SESE/Sindicato dos Bancários e Financeiros de São Paulo, Osasco e Região

Gráfico 3  
Concentração do Sistema Bancário Brasileiro em Ativos Totais – Brasil, 2011



Fonte: Banco Central do Brasil  
Elaboração: DIEESE – Rede Bancários  
\*Os seis maiores bancos atuantes no Brasil são: Banco do Brasil, Itaú Unibanco, Bradesco, Caixa Econômica Federal, Santander e HSBC

TERÇA-FEIRA, 31 DE MAIO DE 1996

Jornal do Brasil, de 28.05.1996/CEDOC

Negócios & FINANÇAS

JORNAL DO BRASIL 13

## Ajuda bilionária aos bancos

■ Socorro ao sistema financeiro dado pelo BC chega a R\$ 21,1 bilhões, entre dívidas de instituições falidas e empréstimos especiais

■ A partir de 1995, por meio do Proer, o governo destinou dinheiro público para impedir a falência de grandes bancos brasileiros como Itaú, Bradesco e Unibanco. Credores de instituições quebradas, como o Econômico, o Nacional e o Bamerindus, eles puderam receber de volta o que haviam emprestado a tais bancos em dificuldades no mercado interbancário. Apesar de socorrer os bancos, o governo não exigiu deles qualquer tipo de contrapartida, como manutenção de empregos ou financiamentos

## O TRABALHO BANCÁRIO NOS ÚLTIMOS 20 ANOS

A adaptação das instituições financeiras atuando no Brasil aos novos contextos internacionais e nacionais, que consolidou seus lucros e influência política crescentes, apoiou-se em uma profunda reestruturação produtiva, cujos pilares mais importantes foram as inovações tecnológicas, as terceirizações, as fusões e as privatizações. Para os bancários e bancárias, tais processos significaram uma impactante reconfiguração da categoria, marcada, principalmente, por desemprego, deterioração das condições de trabalho, exigência de novas habilidades profissionais e mudanças nos padrões de mobilidade na carreira e de remuneração.

Nos anos 1990, os bancos intensificaram seus processos de informatização e de automação, alavancando seus investimentos em tecnologia da informação, que, segundo a Federação Brasileira de Bancos (Febraban), entre 1992 e 2011, saltaram de US\$ 2,7 bilhões para US\$ 9 bilhões. Com a generalização dos sistemas *on line*, integravam-se fases do processo de transações bancárias, diminuindo a importância das atividades de suporte ao atendimento, chamadas de "retaguarda". O momento de colher os dados (registro das operações realizadas na caixa) e o de alimentar os computadores com as informações (digitação desses dados), por exemplo, fundiram-se em um só, eliminando operações intermediárias como o transporte de documentos para processamento.



■ Segundo dados da Febraban, entre 1994 e 2011 os terminais de autoatendimento (ATMs) saltaram de cerca de 32 mil para 182 mil no Brasil. Tal incremento levou à modificação no visual das agências, com os clientes passando a ser "recebidos" por uma bateria de máquinas

Crescentemente, o próprio cliente passava a inserir informações no sistema. Em 1994, existiam 32 mil terminais de autoatendimento instalados. Em 2011, este número é sextuplicado, atingindo a marca de 182 mil unidades. As operações realizadas via internet e *mobile banking* cresceram em proporções elevadas enquanto as agências responderam por apenas 11% de todas as operações realizadas no sistema no mesmo ano.

### INFORMATIZAÇÃO E TERCEIRIZAÇÃO

A tecnologia de ponta empregada pelo sistema financeiro permitia a reorganização do processo de trabalho e a multiplicação dos produtos oferecidos. Com o apoio da telemática, desativavam-se os grandes centros de processamento de dados, de serviço e de compensação de cheques, que

reuniam numerosos contingentes de assalariados. Simultaneamente, os centros administrativos concentravam mais bancários e assumiam mais tarefas vitais ao funcionamento das instituições financeiras. Delineava-se, assim, o esvaziamento do atendimento realizado nas agências bancárias e o fortalecimento do atendimento eletrônico, por meio de centrais telefônicas, terminais de autoatendimento, internet e sistemas *homebanking*. Paralelamente à troca do tipo de atendimento, ocorria a progressiva substituição do papel-dinheiro pelo cartão magnético.

Ao mesmo tempo, os bancos delegavam crescentemente a diversas empresas tarefas que deveriam estar sob responsabilidade direta de seus próprios funcionários. Assim, aprofundavam um processo de terceirização que assumiu, nos últimos

20 anos, duas formas principais. Uma delas foi a contratação de empresas para execução de determinadas tarefas bancárias, que poderiam continuar sendo feitas dentro do espaço físico do banco contratante ou fora dele, nas dependências das terceirizadas. A outra forma foi a contratação de empresas, como casas lotéricas e até padarias, para realizarem a função de correspondentes bancários, uma terceirização que já nascia fora do banco. Entre 2000 e 2013, segundo dados divulgados pelo Banco Central, o número de correspondentes bancários saltou de cerca de 14 mil para 357 mil.

### RECONFIGURAÇÃO ORGANIZACIONAL

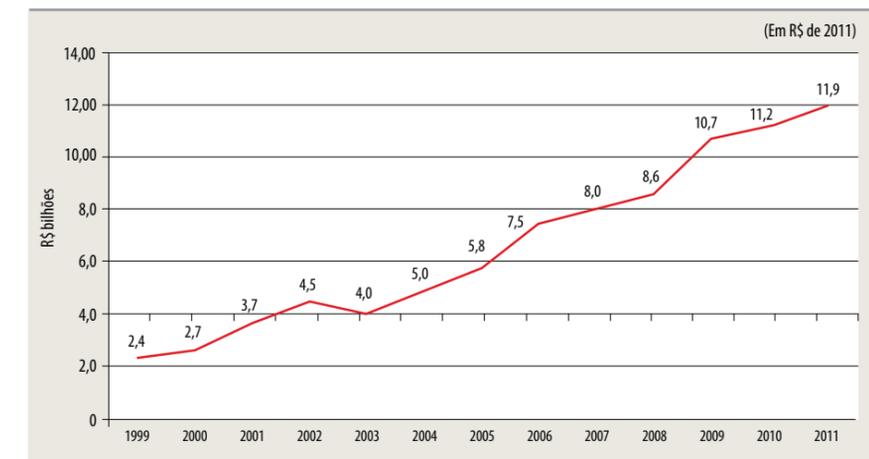
Na medida em que liberavam o trabalhador bancário de uma série de tarefas, as instituições financeiras demandavam-lhe, cada vez mais, a venda de produtos, que ganhava espaço crescente na composição do lucro dos bancos. Acostumados, por muito tempo, a usar a caneta ou uma simples máquina de digitação de cheques, os bancários, agora, deveriam não apenas acessar informações rapidamente, mas também interpretá-las de modo a envolver os clientes na compra de ampla diversidade de produtos. Dentro das agências, a reconfiguração organizacional resultava na redução de níveis hierárquicos e no rearranjo de cargos e funções, com a ampliação da área comercial.

Paralelamente, alteravam-se os sistemas de promoção na carreira



■ A intensa automação não implicou menos trabalho para os caixas. Em número reduzido, continuaram submetidos a grandes exigências de produtividade

### Gráfico 4 Evolução das despesas com serviços de terceiros dos maiores bancos no Brasil - 1994 a 2011<sup>2</sup>



Fonte: Demonstrações Financeiras dos bancos

Notas: (1) Inclui as despesas com serviços de terceiros dos maiores bancos atuantes no Brasil: BB, CEF, Bradesco, Itaú, Unibanco, Banespa, Banco Real, Santander, Safra, Nossa Caixa, HSBC. Vale lembrar que ao longo do período ocorreram diversas fusões e aquisições entre estas instituições e também a incorporação de outros bancos menores  
(2) Valores deflacionados pelo IPCA-IBGE

Elaboração: DIEESE - Subseção SESE/Sindicato dos Bancários e Financeiros de São Paulo, Osasco e Região

e de remuneração. Consolidando novas estratégias de controle e dominação do trabalho, nos últimos 20 anos as "carreiras fechadas", como iniciar caixa e chegar à gerência, baseadas em concursos e em planos de carreira por tempo de serviço, foram sendo substituídas pelos sistemas de promoção fundados no "merecimento", o que, grosso

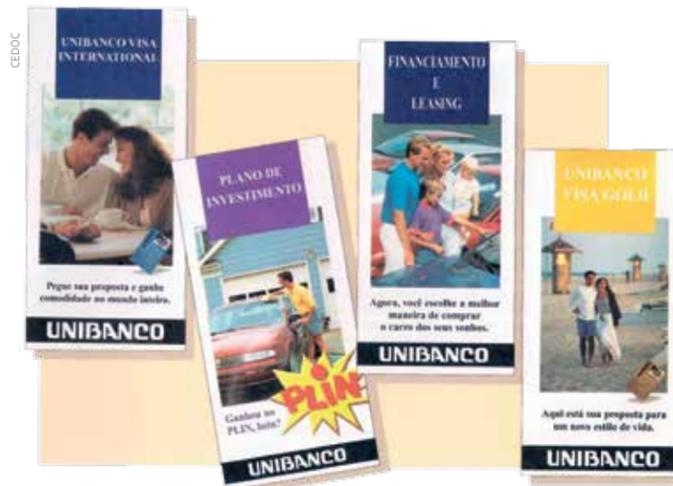
modo, tem sido entendido como cumprimento das elevadas metas de venda e produtividade estabelecidas pelas instituições financeiras. Por sinal, este também tem sido importante referencial para a composição de significativo percentual da remuneração dos bancários, que passou a não se limitar mais a um salário fixo mensal.

Tolhidos pelo medo do desemprego, muitos bancários, submetendo-se aos critérios patronais de competência e às exigências de produtividade, ampliaram suas jornadas e intensificaram o ritmo de trabalho. À medida que se reduzia o número de funcionários por agência – se, no início dos anos 1990, eles eram em média 33, em 2011, caíram para 23 –, os que ficavam se sobrecarregavam. Enquanto, em 1993, cada bancário era responsável por 67 contas correntes, em 2011 ele deveria cuidar de 302!

### SAÚDE E ASSÉDIO MORAL

Evidentemente, as repercussões negativas desse quadro sobre a saúde dos trabalhadores não demoraram a atingir níveis alarmantes. Em 2010, a quantidade de registros de doenças do trabalho nas instituições financeiras fez o governo enquadrar a atividade bancária no grau máximo de risco (nível 3), ao lado da produção de materiais em aço, transporte aéreo e serviços na rede de esgoto.

Não era para menos. Além das Lesões por Esforço Repetitivo/Distúrbios Osteomusculares Relacionados ao Trabalho (LER/Dort), verdadeira epidemia nos anos 1990, os bancários viram crescer, nos anos 2000, os casos de doença mental relacionados especialmente ao assédio moral. Tal prática tornou-se comum entre os bancários, submetidos às cobranças de metas de venda e produtividade. O assédio moral pode ser definido como a exposição repetitiva e



Com a reestruturação produtiva e o estabelecimento do "bancário-vendedor", alteraram-se as exigências de qualificação para o trabalho bancário

prolongada do trabalhador a situações constrangedoras e humilhantes durante a jornada de trabalho, ferindo a dignidade e a saúde física ou mental da vítima, podendo ainda comprometer sua carreira, e muitas vezes forçando à desistência do emprego.

Mais recentemente, aumentando a pressão sentida pelos trabalhadores em sua vida cotidiana e introduzindo novos fatores de instabilidade na categoria, os bancos têm recorrido à

rotatividade de mão de obra como mecanismo para reduzir seus gastos com salários. Segundo estudo da Contraf/CUT, baseado em dados do Ministério do Trabalho, os admitidos no setor financeiro no primeiro semestre de 2011 ganhavam em média 38,39% menos que os trabalhadores demitidos no mesmo período. Acrescenta-se, assim, mais um agravante ao cenário repleto de dificuldades no qual a categoria e o Sindicato têm se movimentado na constante luta por direitos. ■



Nos últimos 20 anos, os centros administrativos dos bancos tornaram-se ainda mais decisivos para o funcionamento das instituições financeiras e passaram a concentrar um contingente ainda maior de bancários. Enquanto isso, setores como a compensação de cheques foram praticamente eliminados

Filipe Araújo/Agência Estado



## O banco do futuro

Nos últimos anos, em função do surgimento acelerado de novas tecnologias, o debate sobre os rumos dos bancos ganhou novo fôlego, ressurgindo com nova roupagem e novos elementos. Esta discussão levou uma série de estudiosos do tema a levantar a hipótese de que estaríamos caminhando para outro modelo de negócios no setor financeiro, ou, para um *banco do futuro*. De um lado, temos o surgimento acelerado de novas tecnologias que impactam a forma de realização de transações bancárias, como a internet banda larga, os *smartphones*, as redes sociais etc. De outro, parece estar tomando corpo uma geração de consumidores inserida desde

cedo no mundo das tecnologias e nos valores imediatistas da sociedade atual. A combinação desses fatores aponta para o surgimento de uma nova forma de atuação.

A tendência é que o banco seja obrigado a estar cada vez mais próximo de seus clientes e, nesse sentido, as tecnologias que garantam acesso móvel devem ganhar peso. Ao mesmo tempo, com a construção de sistemas de informação cada vez mais inteligentes, uma parte das atividades hoje executadas por bancários deve deixar de existir. As agências devem ser remodeladas e os bancários neste ambiente deverão ser requeridos

para vender produtos mais complexos e auxiliar o cliente em suas decisões.

O setor financeiro é o que mais investe em tecnologia da informação, o que sinaliza que os bancos estão buscando se adaptar a esse possível novo cenário. A preocupação com as fraudes e a vulnerabilidade do sistema estão presentes, a recente crise bancária norte-americana ocorrida em 2008 apontou sérias fragilidades. Controles mais rígidos na análise de operações, junto com sistemas e normas prudenciais mais eficazes, serão importantes para monitorar os riscos das instituições financeiras. Ao mesmo tempo, caberá ao banco garantir a seu cliente, que deseja facilidade de acesso, a segurança necessária ao fazê-lo.

Não há dúvidas de que o *banco do futuro* irá exigir um forte esforço do movimento sindical, que tem se posicionado pela manutenção do atendimento presencial, no sentido de buscar preservar empregos e condições dignas de trabalho para os bancários, bem como em defesa da qualidade de atendimento aos clientes. Além disso, será fundamental exigir que seja cumprida a função social dos bancos na sociedade brasileira. ■

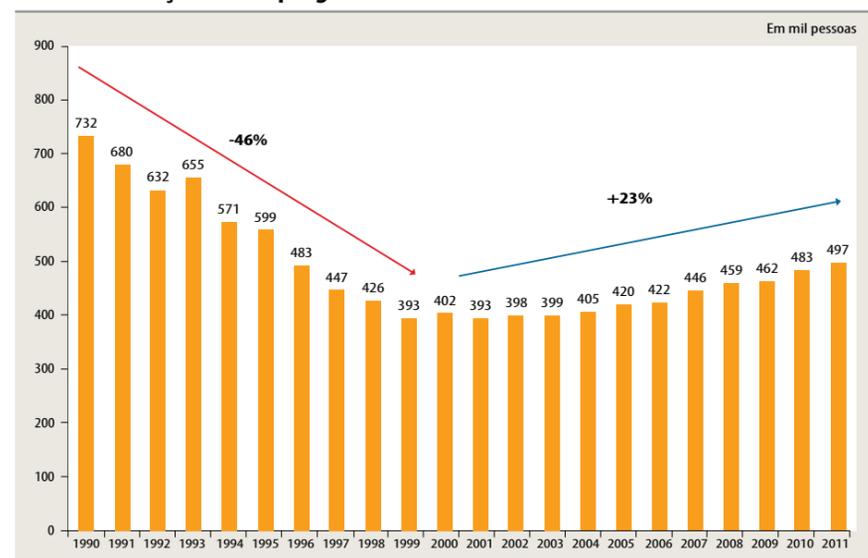
## AS BANCÁRIAS E OS BANCÁRIOS DE SÃO PAULO, OSASCO E REGIÃO HOJE

Assim como em todo o país, os bancários da base do Sindicato sofreram, nos anos 1990, devastadoras ondas de demissões. Apenas entre 1994 e 1997, por exemplo, eles foram reduzidos de cerca de 123 mil para 108 mil. Em 2011, considerando o crescimento da economia do país e a retomada das contratações no setor nos últimos dez anos, em especial nos bancos públicos federais, a quantidade de bancários na base do Sindicato atingiu 142 mil.

Em meio às intensas mudanças ocorridas no setor financeiro, o crescimento do número de mulheres no setor bancário foi uma constante dos últimos 20 anos. Hoje, elas representam 52% dos trabalhadores da base do Sindicato (*Gráfico 6*). A ampliação da venda de produtos e serviços bancários nas agências revigorou a participação feminina, uma vez que as vagas para essas atividades de "atendimento" são preenchidas a partir de uma visão sexualmente estereotipada, que é reproduzida e intensificada nos ambientes de trabalho. Com efeito, a qualificação para o trabalho é uma construção social que ignora algumas habilidades e elege a importância de outras, como a capacidade de concentração, de relacionamento, de comunicação e de executar diversas tarefas concomitantemente. Estas não são consideradas "qualificação", mas sim características "naturais" da mulher.

Apesar de se concentrarem em cargos de menor remuneração e prestígio social, as mulheres avançaram

**Gráfico 5 Evolução do emprego bancário no Brasil – 1990-2011**



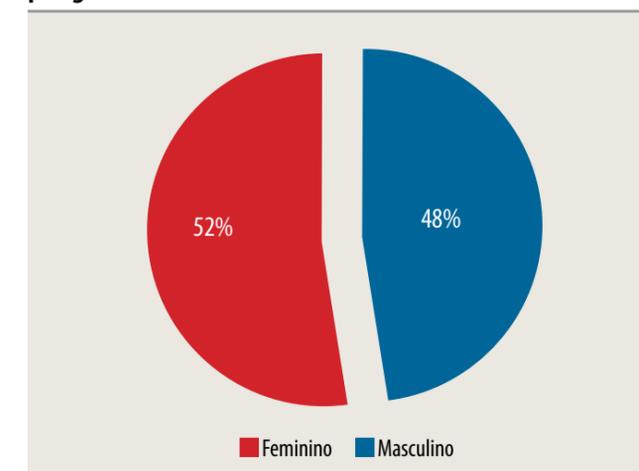
Fonte: RAIS – MTE  
Elaboração: DIEESE - Subseção SESE/Sindicato dos Bancários e Financeiros de São Paulo, Osasco e Região

na ocupação de cargos de maior qualificação, como a gerência das agências bancárias. Contudo, mediante a nova organização do trabalho, esses cargos possuem diversos níveis de importância resultando em condições salariais assimétricas entre homens e mulheres, quando paralelamente se perpetua uma série de mecanismos sociais de discriminação que limitam a ascensão profissional das bancárias, mesmo que elas tenham, por exemplo, maior escolaridade. Enquanto entre os homens bancários 66% têm ensino superior completo, entre as mulheres esse percentual sobe para 72%, e ainda assim a remuneração média das mulheres é inferior em todas as faixas de escolaridade.

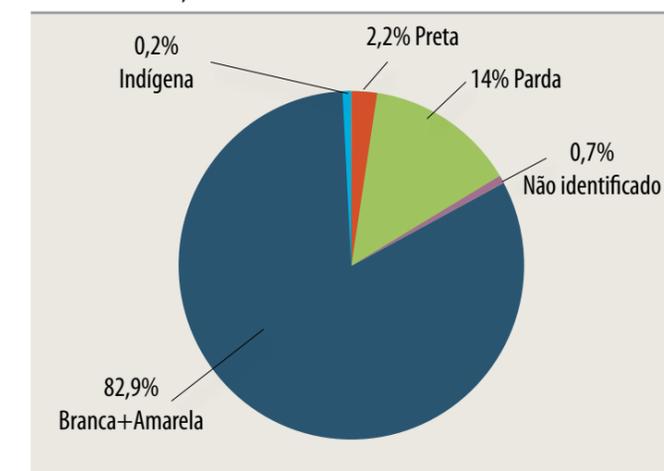
Se há mais mulheres bancárias, o mercado de trabalho no setor ainda é bastante restrito aos negros

e às pessoas com deficiência. Os números confirmam a discriminação. A população negra, que reúne os indivíduos que se atribuíram as cores "preta" e "parda", atinge somente 16% do total de bancários em nível nacional, segundo dados da Relação Anual de Informações Sociais (Rais) 2011, enquanto na população economicamente ativa representam cerca de 51%. Do total de negros nos bancos, apenas 2,2% estavam na categoria "pretos" (*Gráfico 7*), o que indicava que quanto maior a melanina, maior a discriminação, e que muitos bancos ainda parecem compartilhar de uma cultura em que a presença de negros no contato com o público em geral seria prejudicial aos negócios. A discriminação refletia-se, também, na remuneração. Os trabalhadores

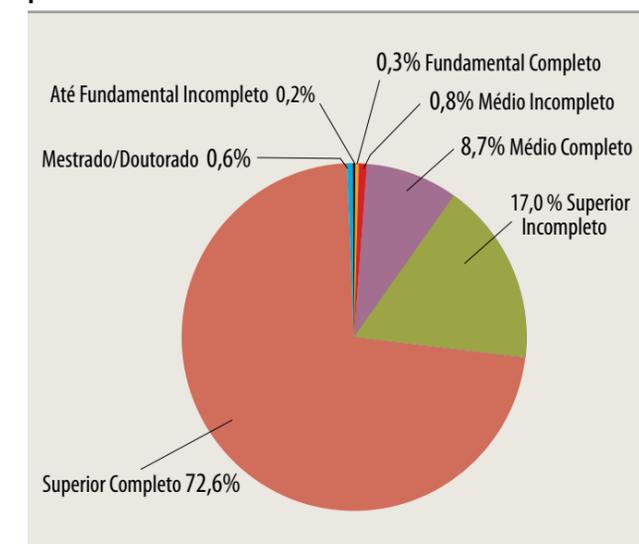
**Gráfico 6 Distribuição dos bancários na base do Sindicato, por gênero**



**Gráfico 7 Distribuição dos trabalhadores segundo raça/cor nos bancos – Brasil, 2011**



**Gráfico 8 Distribuição dos bancários na base do Sindicato, por escolaridade**



Fonte: RAIS 2011. Elaboração: DIEESE - Subseção SESE/Sindicato dos Bancários e Financeiros de São Paulo, Osasco e Região

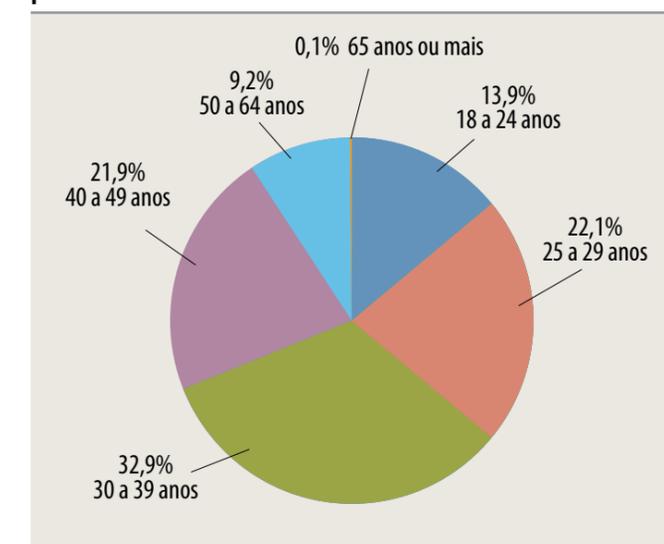
que se declaram pardos recebiam em média 67% do rendimento dos brancos. Entre os pretos, o percentual caía para 64%.

Do total de bancários, destaca-se ainda a baixa participação das mulheres negras: elas representam apenas 7,2%. Tal situação aponta para a dificuldade de acesso nos bancos, demonstrando a dupla discriminação vivida por este segmento, que se situa

entre aqueles que recebem as piores remunerações.

As pessoas com deficiência não atingem sequer a cota de 5% de participação estabelecida em lei. Através dos dados disponibilizados nos Relatórios de Sustentabilidade disponíveis em 2011, observa-se a presença média de apenas 2% de pessoas nessas condições nas instituições bancárias.

**Gráfico 9 Distribuição dos bancários na base do Sindicato, por faixa etária**



No que diz respeito à escolaridade, nos últimos 20 anos os bancos tornaram praticamente obrigatória a formação em nível superior para o ingresso na carreira. Assim, em 2011, cerca de 73% dos bancários da base do Sindicato haviam concluído seus cursos universitários (*Gráfico 8*).

A participação de jovens entre 18 anos e 29 anos é expressiva e perfaz 36% do total de bancários (*Gráfico 9*). ■